



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas.

A Administração da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 87.846 mil, correspondente a R\$ 6,89 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio de 40,92% (considerando o lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social).

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do *Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch* ("Conglomerado"). Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basileia do

Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 21,48%. O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.merrillynch-brasil.com.br/>.

São Paulo, 29 de março de 2021.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
<i>(em milhares de Reais)</i>			
		2020	2019
Disponibilidades	(Nota 4)	262	293
Instrumentos financeiros		1.283.087	978.908
Disponíveis para venda	(Nota 5)	17.498	17.092
Outros ativos financeiros	(Nota 6)	1.265.589	961.815
Créditos tributários	(Nota 9)	19.150	11.354
Outros ativos	(Nota 7)	35.656	27.626
Total ativo		1.338.155	1.018.180
Outros passivos financeiros	(Nota 6)	853.298	657.684
Provisões	(Nota 8)	14.653	14.427
Obrigações fiscais diferidas	(Nota 9)	3.426	3.208
Outros passivos	(Nota 10)	107.182	49.292
Total passivo		978.559	724.611
Capital social		121.317	121.317
Reservas de lucros		238.137	172.252
Outros resultados abrangentes		142	-
Total patrimônio líquido	(Nota 11)	359.596	293.569
Total passivo e patrimônio líquido		1.338.155	1.018.180

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS				
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019				
<i>(em milhares de Reais)</i>				
		2º Semestre	2020	2019
Receitas de intermediação financeira		3.775	9.040	15.832
Ganhos (Perdas) líquidos com instrumentos financeiros		(29)	(152)	499
Resultado da intermediação financeira	(Nota 13)	3.746	8.888	16.331
Receita de tarifas e comissões	(Nota 14)	169.244	284.176	176.239
Receitas operacionais		172.990	293.064	192.570
Despesas de pessoal	(Nota 15)	(29.521)	(66.709)	(29.578)
Despesas de tarifas e comissões		(1.520)	(3.009)	(4.433)
Outras despesas administrativas	(Nota 16)	(29.516)	(60.416)	(64.309)
Outras receitas (despesas) operacionais	(Nota 17)	(15.777)	(26.778)	(17.767)
Lucro líquido antes da tributação		96.656	136.152	76.483
Imposto sobre a renda	(Nota 10)	(32.519)	(48.306)	(24.246)
Lucro líquido do período		64.137	87.846	52.237
Lucro por ação em reais		5,03	6,89	4,09
Lucro básico e diluído por ação		5,03	6,89	4,09
Quantidade de ações		12.756.775	12.756.775	12.756.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019			
<i>(em milhares de Reais)</i>			
	2º Semestre	2020	2019
Lucro líquido do período	64.137	87.846	52.237
Ativos financeiros disponíveis para a venda	67	142	-
Variação de valor justo	112	237	-
Efeito tributário	(45)	(95)	-
Total de outros resultados abrangentes	67	142	-
Total do resultado abrangente	64.204	87.988	52.237

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019			
<i>(em milhares de Reais)</i>			
	2º Semestre	2020	2019
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais:	102.007	117.189	53.262
Lucro líquido ajustado do período	57.477	80.423	52.233
Lucro líquido do período	64.137	87.846	52.237
Ajustes ao lucro líquido:			
Créditos tributários	(Nota 10)	(6.927)	(7.796)
Provisões atuariais	(Nota 11)	194	232
Obrigações fiscais diferidas	(Nota 10)	99	218
Atualização depósitos judiciais	(Nota 7)	(106)	(303)
Provisão de contingências e obrigações legais	(Nota 8)	80	226
Varição de ativos e passivos	44.530	36.766	1.029
Redução de instrumentos financeiros mantidos para negociação	2.663	-	-
(Aumento) de instrumentos financeiros disponíveis para a venda	(112)	(406)	(964)
(Aumento) de outros ativos financeiros	(587.953)	(200.296)	(363.461)
Aumento/(Redução) de outros ativos	(9.472)	(8.030)	78
Impostos de renda e contribuição social pagos	(8.938)	(29.695)	(14.392)
Aumento de outros passivos financeiros	584.652	195.614	377.861
Aumento de outros passivos	63.690	79.579	1.907
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento:	(13.742)	(13.742)	(15.252)
Juros sobre capital próprio pagos	(13.742)	(13.742)	(15.252)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	88.265	103.447	38.010
No início do período	317.709	302.527	264.517
No fim do período	(Nota 4)	405.974	405.974
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	88.265	103.447	38.010
Dividendos propostos	(8.219)	(8.219)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social		Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total	
	Capital	Aumento de capital	Reserva incentivos fiscais	Legal	Estatutária	Especiais	Lucros acumulados		Ativos financeiros disponíveis para venda
Saldos em 31 de dezembro de 2018	110.535	10.782	413	23.324	92.208	19.322	-	256.584	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	52.237	52.237	
Realocação de reservas	-	-	(413)	-	19.735	(19.322)	-	-	
Reserva legal	-	-	-	940	-	-	(940)	-	
Aumento de capital	(Nota 12)	10.782	(10.782)	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,13 por ação)	(Nota 12)	-	-	-	-	-	(15.252)	(15.252)	
Reservas estatutárias	-	-	-	-	36.045	-	(36.045)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	121.317	-	-	24.264	147.988	-	-	293.569	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	87.846	87.846	
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,08 por ação)	(Nota 12)	-	-	-	-	-	(13.742)	(13.742)	
Dividendos (R\$ 0,64 por ação)	(Nota 12)	-	-	-	-	-	(8.219)	(8.219)	
Reservas estatutárias	-	-	-	-	65.885	-	(65.885)	-	
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para a venda	(Nota 6)	-	-	-	-	-	142	142	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	121.317	-	-	24.264	213.873	-	142	359.596	
Saldos em 30 de junho de 2020	121.317	-	-	24.264	147.988	-	75	317.353	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	64.137	64.137	
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,08 por ação)	(Nota 12)	-	-	-	-	-	(13.742)	(13.742)	
Dividendos (R\$ 0,64 por ação)	(Nota 12)	-	-	-	-	-	(8.219)	(8.219)	
Reservas estatutárias	-	-	-	-	65.885	-	(65.885)	-	
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para a venda	(Nota 6)	-	-	-	-	-	67	67	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	121.317	-	-	24.264	213.873	-	142	359.596	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(em milhares de Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") foi constituída em 25 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.

A Corretora é constituída sob a forma de sociedade por ações e domiciliada no Brasil, sendo controlada diretamente pela BofAML EMEA Holdings 2 Limited, sociedade constituída em Jersey e indiretamente pelo Bank of America Corporation (controladora final do Grupo), com sede nos Estados Unidos da América. A Corretora está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, na cidade de São Paulo.

As demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para divulgação pelo Comitê de Auditoria em 26 de março de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Corretora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas, principalmente, na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Alteração na apresentação das demonstrações financeiras

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/20 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro de 2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período.

A norma prevê ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

A Corretora também está apresentando as contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade, desta forma, está evidenciando em notas explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

A Corretora, quando da preparação das demonstrações financeiras, com base na Resolução supracitada, realizou a reclassificação de determinados itens do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, sendo os efeitos desta reclassificação para os saldos comparativos, evidenciadas abaixo:

Reclassificações de itens no balanço patrimonial

Nomenclatura anterior	Saldos	31 de dezembro de 2019	Nomenclatura atual
Disponibilidades	293	Disponibilidades	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	302.234	Outros ativos financeiros	
Vinculados à prestação de Garantias	17.092	Disponíveis para a venda	
Negociação e intermediação de valores	659.581	Outros ativos financeiros	
Outros créditos diversos	11.354	Créditos tributários	
Outros créditos diversos	27.556	Outros ativos	
Despesas antecipadas	70	Outros ativos	
Negociação e intermediação de valores	(657.684)	Outros passivos financeiros	
Fiscais e previdenciárias (longo prazo)	(14.427)	Provisões	
Sociais e estatutárias	(3.208)	Obrigações fiscais diferidas	
Sociais e estatutárias	(7.146)	Outros passivos	
Fiscais e previdenciárias (curto prazo)	(34.384)	Outros passivos	
Diversas	(7.761)	Outros passivos	

Reclassificações de itens na demonstração do resultado

Nomenclatura anterior	Saldos	31 de dezembro de 2019	Nomenclatura atual
Resultado com títulos e valores mobiliários	15.832	Receitas de intermediação financeira	
Resultado com títulos e valores mobiliários	499	Ganhos líquidos com instrumentos financeiros	
Receitas de prestação de serviços	176.239	Receita de tarifas e comissões	
Despesas de pessoal	(29.578)	Despesas de pessoal	
Outras despesas administrativas	(4.433)	Despesas com tarifas e comissões	
Outras despesas administrativas	(64.309)	Outras despesas administrativas	
Despesas tributárias	(17.883)	Outras despesas operacionais	
Outras receitas operacionais	629	Outras despesas operacionais	
Outras despesas operacionais	(513)	Outras despesas operacionais	

2.1. Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera e moeda funcional da Corretora.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.3. Ativos financeiros

A Corretora reconhece ativos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento.

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração. A Corretora classifica seus ativos financeiros como: mantidos até o vencimento, disponíveis para a venda ou mantidos para negociação. Os ativos financeiros somente são classificados como mantidos até o vencimento somente se houver a intenção e capacidade financeira da Corretora para sua manutenção em carteira até o vencimento.

A Corretora inicialmente mensura e reconhece os ativos financeiros pelo valor justo. No caso de ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação, são acrescidos e/ou deduzidos os custos de aquisição diretamente atribuíveis ao ativo financeiro. Para os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, estes custos são reconhecidos como despesa no momento em que ocorrem.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros registrados como mantidos para negociação no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os ativos financeiros registrados como disponíveis para a venda no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os outros ativos financeiros são substancialmente compostos por recebíveis oriundos da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado.

2.4. Passivos financeiros

A Corretora reconhece passivos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento. Os outros passivos financeiros são substancialmente compostos por obrigações oriundas da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado.

2.5. Baixa de Ativos e Passivos financeiros

A Corretora efetua a baixa de um ativo financeiro se os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa tenham vencido ou se todos os riscos e benefícios deste tenham sido transferidos para um terceiro. Caso a Corretora não tenha transferido todos os riscos ou benefícios para um terceiro, então, o ativo financeiro não é baixado. A Corretora efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais deixam de existir, vencem ou são canceladas.

2.6. Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método indireto.

2.7. Impostos correntes e diferidos

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício, e contribuição social de 15%.

A expectativa de realização dos créditos tributários da Corretora, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2020 a Corretora manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (em milhares de Reais)

o resultado que: i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Corretora não registrou receitas e despesas não recorrentes.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos ativos e passivos estão conforme descritos a seguir:

3.1. Valorização dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

3.2. Impostos diferidos

Conforme apresentado na Nota 10, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a Corretora terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário da Corretora, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto da seguinte maneira forma:

	2020	2019
Depósitos bancários	262	293
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 6)	405.712	302.234
Total	405.974	302.527

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para a venda estão compostos da seguinte maneira:

	2020	2019
	Custo	Valor de mercado
Títulos Privados		
Fundo de Investimento		
Liquidez da Câmara		
BM&FBOVESPA - FILCB	17.356	17.498
		17.092
Total	17.356	17.498

O Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB foi avaliado a mercado pela última cotação disponível.

A Nota 21 contém os detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora.

6. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A composição dos outros ativos e passivos financeiros está detalhada a seguir:

	2020	2019
Negociações e intermediação de valores mobiliários	854.578	659.582
Aplicações e depósitos interfinanceiros (Nota 4)	405.712	302.234
Rendas a receber por prestação de serviços	5.299	-
Total outros ativos financeiros	1.265.589	961.816
Negociações e intermediação de valores mobiliários	(853.298)	(657.684)
Total outros passivos financeiros	(853.298)	(657.684)

A Nota 21 contém os detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora.

7. OUTROS ATIVOS

A composição dos outros ativos está detalhada a seguir:

	2020	2019
Depósitos judiciais	18.773	18.470
Impostos a compensar	15.902	9.070
Outros valores (a)	616	86
Adiantamentos e antecipações salariais	365	-
Total outros ativos	35.656	27.626
Circulante	16.883	9.156
Não circulante	18.773	18.470

(a) Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, referem-se substancialmente, a reembolsos de despesas a receber junto ao Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

8. PROVISÕES

Provisões representam obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos, tais obrigações são avaliadas como passivos não circulantes.

As provisões registradas na data do balanço referem-se a obrigações legais e passivos fiscais contingentes cuja movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	14.427	13.971
Constituições	226	456
Saldo final	14.653	14.427

As constituições apresentadas são referentes às atualizações das obrigações legais e passivos fiscais registradas no balanço patrimonial em contrapartida às outras despesas operacionais.

A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde se contestam as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(i) **Obrigações legais:** As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "provisões" e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/Cofins nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(ii) **Passivos contingentes:** A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 82.138 (R\$ 80.861 em dezembro de 2019) que envolvem as seguintes discussões: (i) PIS e Cofins sobre ganhos decorrentes da desmutualização da B3 no valor de R\$ 42.785 (R\$ 42.172 em dezembro de 2019); e (ii) PIS e Cofins sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 39.353 (R\$ 38.689 em dezembro de 2019).

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

9. ATIVOS PASSIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

9.1. Imposto de renda e contribuição social

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	136.152	136.152	76.483	76.483
Juros sobre capital próprio	(13.742)	(13.742)	(15.252)	(15.252)
Ajustes temporários (1)	19.187	19.187	(104)	(104)
Ajustes permanentes	869	869	319	319
Resultado antes do IRPJ, CSLL e JCP	142.466	142.466	61.446	61.446
Aliquotas	25%	15%	25%	15%
IRPJ e CSLL	(35.592)	(21.371)	(15.337)	(9.217)
Incentivos fiscais	983	-	349	-
Passivo fiscal diferido	(77)	(46)	(152)	(92)
Ativo fiscal diferido	4.872	2.925	127	76
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(29.814)	(18.492)	(15.013)	(9.233)

(1) Substancialmente compostos por contingências fiscais e outras obrigações sociais e estatutárias.

9.2. Movimentação do crédito tributário

	Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ			
	Dezembro/19	Realização	Constituição	Dezembro/20
Contingências fiscais	3.607	-	56	3.663
Outras provisões	3.518	(2.739)	7.555	8.334
Total	7.125	(2.739)	7.611	11.997

	Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ			
	Dezembro/18	Realização	Constituição	Dezembro/19
Contingências fiscais	3.493	-	114	3.607
Outras provisões	3.505	(3.493)	3.506	3.518
Total	6.998	(3.493)	3.620	7.125

	Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL			
	Dezembro/19	Realização	Constituição	Dezembro/20
Contingências fiscais	2.118	-	34	2.152
Outras provisões	2.111	(1.644)	4.534	5.001
Total	4.229	(1.644)	4.568	7.153

	Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL			
	Dezembro/18	Realização	Constituição	Dezembro/19
Contingências fiscais	2.049	-	69	2.118
Outras provisões	2.103	(2.096)	2.104	2.111
Total	4.152	(2.096)	2.173	4.229

9.3. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

Exercício	Expectativa de realização por exercício	Valor presente dos créditos tributários
2021	13.151	12.905
2023 e acima	5.999	5.670
Total	19.150	18.575

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração com base nos cenários atual e futuro da projeção de resultados. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

9.4. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas com base na atualização dos juros sobre depósitos judiciais e sua movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	Dezembro/19	Realização	Constituição	Dezembro/20
Juros sobre depósitos judiciais	3.208	(54)	177	3.331
Marcação a mercado	-	(66)	161	95
Total	3.208	(120)	338	3.426

	Dezembro/18	Realização	Constituição	Dezembro/19
Juros sobre depósitos judiciais	2.965	-	243	3.208
Total	2.965	-	243	3.208

10. OUTROS PASSIVOS

A composição dos outros passivos está detalhada a seguir:

	2020	2019
Impostos e contribuições sobre os lucros	55.981	24.205
Programa de participação nos resultados	20.710	7.994
Impostos e contribuições a recolher	11.750	6.970
Valores a pagar sociedades ligadas (1)	3.955	6.573
Provisão para pagamentos a efetuar	1.990	961
Programa de participação nos resultados baseados em ações (2)	4.116	2.360
Passivos atuariais (3)	461	229
Dividendos a pagar	8.219	-
Total outros passivos	107.182	49.292
Circulante	106.721	49.083
Não circulante	461	229

(1) O saldo é composto substancialmente dos reembolsos de despesas operacionais a pagar o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

(2) Planos de remuneração baseados em ações. O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação.

Não há alternativas para pagamento em ações. Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de deferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível. Não houve cancelamentos ou alterações nos planos no período em questão.

(3) Benefícios pós-emprego: Os valores reconhecidos no resultado do período foram de R\$ 232 e seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós-emprego da Corretora são avaliados como Benefícios Definidos:

I - Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2020

i. **Critério para apuração dos Ativos** - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pela Corretora conforme sua ocorrência.

ii. **Taxa para desconto da obrigação atuarial:** 7,22% a.a. (3,90% a.a. real)

iii. **Taxa anual de inflação de longo prazo:** 3,20% a.a.

iv. **Crescimento dos custos médicos:** 7,07% (3,75% a.a. real)

v. **Crescimento dos custos médicos por envelhecimento:** Por faixa etária, 0 a 24 anos = 1,25% a.a.; 25 a 44 anos = 2,75% a.a.; 45 a 64 anos = 4,75% a.a.; e a partir de 65 anos = 2,25% a.a.

vi. **Percentual de permanência no plano dos futuros aposentados e desligados:** 100%.

vii. **Tábua de mortalidade geral:** AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo.

A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevivência que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que a Corretora mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

viii. **Rotatividade:** Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários da Corretora. Elegíveis aos benefícios pós-emprego, os quais resultaram em média 13% a.a.

ix. **Idade na data de aposentadoria:** 65 anos de idade para homens e 62 para mulheres.

x. **Método atuarial:** Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a riscos

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem a Corretora a uma série de riscos, sendo os principais expostos a seguir:

- **Risco de Inflação:** Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial e despesas mais relevantes;

- **Expectativa de Vida:** Os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos e das despesas.

III - Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

	Passivo atuarial
Saldo em 31 de dezembro de 2019	229
Obrigações de benefício definido	232
Saldo em 31 de dezembro de 2020	461

IV - Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

Alteração da premissa	Efeito no passivo atuarial e no resultado
- Redução de 0,5%	124
- Acréscimo de 0,5%	(103)

O impacto, pela alteração da premissa taxa de custos médicos em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

Alteração da premissa	Efeito no passivo atuarial e no resultado
- Redução de 0,5%	(97)
- Acréscimo de 0,5%	128

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o capital social está representado por 12.756.775 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, que asseguram dividendos anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado. O saldo remanescente dos lucros então destinados, são alocados na conta de Reserva de Lucros - Estatutária, a fim de assegurar a adequação operacional e regulatória da Corretora, podendo tal conta ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo necessidade, para a realização de distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Corretora no valor de R\$ 10.782 mediante a capitalização dos Juros sobre Capital Próprio do exercício de 2018, após a retenção dos impostos retidos na fonte, declarados aos acionistas naquela data. Este ato foi homologado junto ao Bacen no primeiro semestre de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2019, a Corretora efetuou a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 15.252 O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 6.101.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre o lucro líquido de novembro de 2020, nos termos da Resolução CMN nº 4.820/20 e no montante de R\$ 13.742. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 3.435.

Após a apuração do resultado do exercício, da constituição da reserva legal e das destinações da remuneração do capital aos acionistas, foram provisionados R\$ 8.219 a fim de assegurar os dividendos anuais de 25% do lucro líquido.

12. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2020	2019
Receitas de intermediação financeira		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.040	15.832
Ganhos (Perdas) líquidos com instrumentos financeiros		
Rendas de títulos e valores mobiliários	169	963
Perdas líquidas realizadas com títulos e valores mobiliários	(321)	(464)
Total	8.888	16.331

13. RECEITA DE TARIFAS E COMISSÕES

A composição do saldo deste item é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(em milhares de Reais)

18.2. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

i) Saldos mantidos em balanço junto às partes relacionadas não controladoras

Tipo de operação	Vencimento	Taxa a.a.	2020	2019
Ativos				
Disponibilidades			262	292
Aplicações				
interfinanceiras de liquidez	04/01/2021	CDI	405.712	-
	02/01/2020	CDI	-	302.234
Negociação e intermediação de valores	04/01/2021		347.086	-
	03/01/2020		-	658.012
Outros valores (a)			497	-
Total ativos			753.557	960.538
Passivos				
Negociação e intermediação de valores	04/01/2021		(587.785)	-
	03/01/2020		-	(575.903)
Valores a pagar sociedades ligadas			(3.955)	(6.573)
Total passivos			(591.740)	(582.476)

(a) Referem-se, basicamente, a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional necessária em negociações com valores mobiliários efetuadas com empresas relacionadas.

ii) Saldos apresentados nos resultados decorrentes de operações junto às partes relacionadas não controladoras

Tipo de operação	2020	2019
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.040	15.832
Receitas de prestação de serviços	27.820	14.266
Outras despesas administrativas	(47.122)	(61.501)

As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O arcabouço de risco do Bank of America Corporation (BAC) define os princípios para o gerenciamento consistente e eficiente dos diversos riscos aos que o BAC e suas subsidiárias estão sujeitos, incluindo-se as subsidiárias brasileiras do Conglomerado Prudential Bank of America Merrill Lynch ("Conglomerado") que é composto pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

A estrutura de governança aplica-se a todos os funcionários e colaboradores e estabelece papéis e responsabilidades para fins do gerenciamento de riscos para as distintas áreas da organização, divididas em três linhas de defesa: (i) negócios e respectivas áreas de controle; (ii) áreas independentes de risco e demais áreas de controle e (iii) auditoria interna. Esta estrutura atua no estabelecimento do modelo, apetite de risco e limites para as atividades do Conglomerado, através de uma estrutura de alçadas delegadas a comitês, e executivos, supervisionada pela Diretoria e comitês regionais.

O Conglomerado gerencia estes riscos segundo padrões globais, compostos por políticas, processos, sistemas, rotinas e procedimentos locais. Apesar da responsabilidade pelo gerenciamento de risco ser atribuída a todos os colaboradores, a área de riscos gerencia estes riscos através de análises tempestivas e independentes.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o gerenciamento dos diversos tipos de risco está integrado na Diretoria Executiva de Riscos, sob a responsabilidade do Chief Risk Officer ("CRO") e supervisão do Comitê de Gerenciamento de Riscos do Brasil (BMRC). O BMRC subordina-se à Diretoria e, entre outras responsabilidades, revisa e avalia a conformidade com os níveis de apetite de riscos, documentados na Declaração de Apetite de Riscos (RAS), bem como, estratégias para o gerenciamento desses riscos, considerados individualmente e de forma integrada.

As atribuições do comitê de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>).

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, informa, controla e mitiga os seguintes tipos de risco:

Risco de Crédito: Definido como a possibilidade de ocorrências de perdas associadas à inabilidade ou ao descumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e ao custo de recuperação. A exposição de risco de crédito refere-se ao montante em risco ou à máxima perda potencial à qual o Conglomerado está exposto à medida em que concede um novo crédito.

Gerenciamos o risco de crédito com base no perfil de risco de cada tomador ou contraparte, incluindo a avaliação de fontes de pagamento, garantias subjacentes, e os impactos esperados relacionados ao ambiente econômico atual e projetado. Análise, monitoramento e limites de crédito são reavaliados proativamente para capturar eventuais mudanças no perfil de risco. O Conglomerado segue as Políticas de Risco de Crédito locais e globais, que estabelecem elevados padrões para o gerenciamento e monitoramento do risco de crédito.

Risco Operacional: Definido como aquele decorrente de perdas resultante de eventos externos ou de sistemas, pessoas e processos internos inadequados ou deficientes, inerente a todas as atividades do Conglomerado e é gerenciado através da elaboração e implantação de controles internos para identificar, mensurar, monitorar e controlar riscos.

Risco de Conformidade (Compliance): Definido como aquele decorrente de sanções legais ou regulatórias capazes de acarretar prejuízos financeiros relevantes ou danos à reputação do Conglomerado devido ao descumprimento dos requisitos de leis, regras, regulamentos aplicáveis, bem como, os padrões e códigos de conduta. A Política de Compliance segue as diretrizes globais bem como os requerimentos locais da Resolução CMN nº 4.595/17.

Risco de Mercado: Definido como aquele decorrente de mudança nas condições de mercado que possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos ou, de outra forma, afetar negativamente os resultados. O risco de Mercado é composto por risco de preço e risco de taxa de juros:

• O risco de preço é decorrente da condição financeira atual ou projetada e da resiliência proveniente das mudanças no valor das carteiras de negociação ou de outras obrigações que sejam parte do risco de distribuição. Essas carteiras estão tipicamente sujeitas às variações diárias de preço e são contabilizadas, principalmente, com base na marcação a mercado. Esse risco ocorre mais significativamente sobre as atividades de formação de mercado (*market making*), intermediação (*dealing*) e atividades no mercado de capitais relacionadas a taxas de juros, câmbio, valores mobiliários e operações de crédito.

• O risco de taxa de juros é decorrente da condição financeira atual ou projetada e resiliência proveniente das variações das taxas de juros. O risco de taxa de juros resulta das diferenças entre o período das variações nas taxas e período dos fluxos de caixa (risco de remarcação), das mudanças nas correlações entre as curvas de juros que afetam as atividades bancárias (risco da curva de juros) e, se aplicável, das opções relacionadas aos juros embutidos nos produtos bancários (risco das opções).

i) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade de fatores permite mensurar o impacto no valor de uma posição ou carteira decorrente de mudanças isoladas em fatores de mercado, mantendo-se constantes os demais fatores de risco de mercado. A área de Risco de Mercado Local analisa e reporta diariamente às demais áreas de negócios envolvidas, medidas de sensibilidade de riscos em relação a taxas de juros, curvas de juros, volatilidades, exposição cambial, ações e mercadorias.

ii) VaR (Value-at-Risk)

O Conglomerado aplica globalmente a metodologia de VaR para mensurar potenciais perdas da carteira. O VaR é uma metodologia padrão utilizada para estimar a perda máxima esperada de uma carteira dado um nível de significância e dentro de um horizonte de tempo determinado. A área de Risco de Mercado Local utiliza a medida de VaR como indicador do nível de Risco de Mercado, sendo que alterações observadas na medida de VaR devem estar correlacionadas com mudanças relativas de risco.

A metodologia de cálculo de VaR está em linha com os procedimentos adotados globalmente pela organização. O modelo consiste em uma simulação histórica realizada com uma janela de observações de 3 anos atualizadas periodicamente. O nível de confiança do modelo é de 99% e o horizonte de 1 dia, porém, considera-se a média das últimas 19 perdas mais relevantes no período de três anos. Essa metodologia leva em consideração o efeito das "caudas gordas" características das séries dos ativos financeiros.

A seguir, mostra-se o VaR do Conglomerado nas datas de final de período e os seus valores máximos, mínimos e médios ao longo do ano:

VaR (*) 99% (1 dia em milhares de Reais)	31/12/2020	31/12/2019
VaR	5,083	4,367
Fim do período	2,831	3,200
Mínimo (*)	11,935	6,281
Máximo (*)	5,294	4,101
Médio (*)		

(*) Média das 19 perdas mais relevantes de uma janela de observação de 3 anos. A metodologia de VaR por simulação histórica não exige que haja hipótese prévia sobre a distribuição dos retornos e nela não é necessário estimar volatilidades ou correlações entre os ativos do portfólio, uma vantagem em relação a outras metodologias de cálculo de VaR. Entretanto, ao considerar retornos históricos, deve-se considerar que eventos passados não representam, necessariamente, eventos futuros, ou seja, a série temporal pode conter eventos que não ocorrerão mais ou ainda omitir eventos que ocorrerão no futuro. Além disso, por ponderar todas as amostras com o mesmo peso, o VaR pode ser distorcido por informações antigas e caso um valor extremo saia da janela de observação, o VaR poderá sofrer grande variação.

Risco de Liquidez: Definido como a possibilidade do Conglomerado: (i) não ser capaz de honrar eficientemente as obrigações esperadas ou inesperadas, correntes ou futuras, incluindo aquelas decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e (ii) não conseguir negociar à preços de mercado uma posição, devido ao elevado volume em relação ao normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade entre oferta e demanda de determinado ativo no mercado.

Risco Reputacional: Definido como aquele proveniente da percepção negativa por parte dos principais interessados (clientes, contrapartes, investidores, reguladores, agências de risco), escrutínio de partes externas (políticos, consumidores, organizações da mídia) e a contínua ameaça de processo judicial. Estes fatores podem impactar a rentabilidade e as operações, dificultando a capacidade de estabelecer novos relacionamentos ou manter os relacionamentos atuais com os principais interessados (investidores, reguladores, funcionários e a comunidade).

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudential Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das Demonstrações Financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes

assuntos tratados:

- Revisão das Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos;
- Avaliação da efetividade dos sistemas de Controles Internos da Instituição.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

O risco reputacional é gerenciado através de políticas e controles de processos e negócios para mitigação tempestiva e através de monitoramento e identificação proativa dos potenciais eventos de risco reputacional. Os funcionários são responsáveis pela reputação do Conglomerado, devendo agir ética e legalmente, em conformidade com as políticas e padrões definidos no Código de Conduta.

Risco de Estratégia: Definido como aquele resultante de premissas incorretas sobre fatores internos ou externos; planos de negócios inadequados, como premissas agressivas, foco equivocado e/ou ambíguo; execução de estratégia de negócios ineficiente ou resposta intempestiva às mudanças nos ambientes competitivos, macroeconômicos ou regulatórios, como ações do concorrente, alteração das preferências dos clientes, obsolescência de produtos e desenvolvimento de novas tecnologias.

Outros Riscos Relevantes: Também são considerados riscos relevantes: (i) o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária; (ii) risco socioambiental; (iii) prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e (iv) risco cibernético.

Gerenciamento de Capital: Consolida de forma estruturada as ações implementadas pelo Conglomerado para fins de gerenciamento de capital regulatório de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional, Resolução nº 4.557/17. A estrutura de capital fornece uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível, no cenário normal e estressado, tendo em vista os objetivos estratégicos, riscos inerentes à operação do Conglomerado, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva.

As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas ao gerenciamento de riscos referentes ao Pilar 3 de Basileia III, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>).

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Operações com derivativos

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019 a Corretora não operou no mercado de derivativos.

Ouidoria

Em atendimento às Resoluções nº 4.433/15 e nº 4.567/17 do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch disponibiliza o canal de ouvidoria e o de denúncia através dos telefones 0800 886 2000 e 0800 721 8036, respectivamente.

Perfil de seguimento dos ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra o perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora:

	31 de dezembro de 2020		
	Sem vencimento	até 3 meses	Total
Ativo			
Disponibilidades	262	-	262
Instrumentos financeiros			
Mantidos para negociação	-	-	-
Disponíveis para a venda	17.498	-	17.498
Outros ativos financeiros	-	1.265.589	1.265.589
Total	17.760	1.265.589	1.283.349
Passivo			
Outros passivos financeiros	-	(853.298)	(853.298)
Total	-	(853.298)	(853.298)
Posição líquida	17.760	412.291	430.051
	31 de dezembro de 2019		
	Sem vencimento	até 3 meses	Total
Ativo			
Disponibilidades	293	-	293
Instrumentos financeiros			
Disponíveis para a venda	17.092	-	17.092
Outros ativos financeiros	-	961.815	961.815
Total	17.385	961.815	979.200
Passivo			
Outros passivos financeiros	-	(657.684)	(657.684)
Total	-	(657.684)	(657.684)
Posição líquida	17.385	304.131	321.516

Itens sem vencimento e com prazos inferiores ou iguais a 12 meses são classificados como Não Circulantes e itens com prazo de vencimento superior a 12 meses são classificados como Não Circulantes.

DIRETORIA

Daniel Fazzolari	Marcelo Anção Chiovatto
Eduardo Alcalay	Monalisa Giannini Bertolotti Guarda
Fabio Sarabia	Pedro Lopes Asprino
Felipe Esberard de Vasconcelos Beltrão	
	Ricardo Kenji Mukai
	Contador – 1SP233986/O-8

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Prudential Bank of America Merrill Lynch.

São Paulo, 26 de março de 2021.

O Comitê de Auditoria

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021